

A Bíblia no «Leal Conselheiro»

No seu inventário das traduções portuguesas da Bíblia durante a Idade Média¹, Carolina Michaëlis sublinha desde o começo a pobreza desesperadora da nossa literatura em tal matéria, «a qual se reduz, quando se examina de perto, à lembrança de alguns manuscritos perdidos». E na dúzia de páginas que dedicou ao tema a ilustre professora coimbrã não conseguiu indicar a pista de qualquer desses manuscritos, até porque aceitou as conclusões de D. Frei Fortunato de S. Boaventura no prólogo à sua edição da *Bíblia Historial de Alcobça*², onde salvou o conteúdo dum valioso manuscrito que ele mesmo havia de perder.

Mais afortunado que o historiador alcobacense parece ter sido D. Frei Manuel do Cenáculo, pois conheceu «em mãos de a estimar» uma tradução manuscrita do séc. xv, feita por um teólogo sábio e inteligente da língua hebraica, donde era traduzida a interpretação³. O erudito investigador fala ainda duma «tradução da Bíblia em nossa língua»⁴ e declara que «noutro tempo» lera «em hum volume de folha» um «resumo do Velho Testamento, em nossa lingua, pelas mesmas palavras da Escritura Sagrada»⁵.

A «mão que sabia estimar» era de D. Manuel de Vasconcelos Pereira, bispo de Lamego desde 1773 a 1786, ano em que faleceu

¹ *Notes sur les Bibles portugaises*, «Romania» (1899), 543-556. Estas notas vêm em apêndice ao trabalho de S. BERGER, *Les Bibles Castellanes*, publicado na mesma revista (p. 360-408; 508-542).

² Publicada na *Colecção de Inéditos Portugueses dos sec. XIV e XV*, Coimbra 1829, vol. II e III, sob o título *Historias d'abreyiado Testamento velho, segundo o meestre das Historias Scolasticas*. A designação de «Bíblia Historial» favorece a concisão e define bem este género de resumos do sagrado texto.

³ *Cuidados Literarios do Prelado de Beja*, Lisboa 1791, 64.

⁴ A referência é introduzida com estas palavras rememorativas: «Dissemos já da tradução da Bíblia em nossa língua». E transcreve o «principio della em hum ms. que vimos, com sua ortografia: Em o principio creou Deos o Ceo e a terra, mas a terra era vã e escuridades erão sobre a face do abyssmo e o espirito do Senhor era trazido sobre as agoas. E disse Deos faça-se luz e fez-se luz e vio Deos a luz porque fosse boa e dividio a luz das escuridades e chamou à luz dia e as escuridades noite e fez-se tarde manhã dia primeiro» (o. c. p. 218).

⁵ o. c. p. 426. «Resumo... da Escritura Sagrada» — assim define CENÁCULO o que ele chama «Estoreas da Bíblia» (ib.).

após um pontificado cheio de méritos⁶. E de tal firmeza e prudência usou a mão prelatícia, que, se houve quem a reconhecesse, não houve quem a desapertasse⁷. O resultado foi que durante dois séculos se teve por desaparecido o discutido códice, e às conjecturas que já no séc. XVIII se faziam, se vieram juntar as hipóteses de quem admitia sem discussão a notícia do arcebispo de Évora e tinha como certo o desaparecimento da Bíblia de Lamego⁸. Ela, porém, mantinha o seu lugar na biblioteca do sumptuoso paço episcopal, hoje convertido em museu, e ali se guarda como preciosa relíquia duma época de notável esplendor bíblico, que muito ajudará a compreender, e como garantia de que a nossa pobreza no sector primacial da cultura é menos pobre do que se julgava.

Os problemas que um manuscrito deste género suscita exigem certamente novos e demorados estudos. Para já, dentro do esquema que nos traçámos, não hesitamos em identificar a Bíblia de Lamego com a «tradução da Biblia em nossa lingua, feita por teologo inteligente da lingua hebraica, donde era trazida a interpretação»⁹. Mas importa descobrir a parentela desta versão do Antigo Testamento, que, segundo o mesmo Frei M. do Cenáculo, data do séc. xv.

Ora neste remexer de antiguidades não se pode prescindir da notícia dum tesouro que se vai negando a todas as devassas, mas de cuja existência nos dão testemunho nada menos que o historiador

⁶ Cf. D. Joaquim de AZEVEDO, *Historia Ecclesiastica da cidade e bispado de Lamego*, Porto 1878, 101-103.

⁷ Entre outros, A. RIBEIRO DOS SANTOS, a quem a existência do ms. constara «por outras notícias» (cf. *Memorias da Litteratura Portuguesa publicadas pela Academia Real de Sciencias de Lisboa*, VII, Lisboa 1806, p. 20-21 e, anteriormente, em nota à p. 269 do vol II, Lisboa 1792).

Também D. Frei F. de S. BOAVENTURA, que se afoitou a «uma viagem a Lamego no coração do inverno... Porem desgraçadamente» veio «a saber que eram inúteis os «seus» desejos por se haver perdido ou extraviado o codice». (o. c. p. VIII). A desgraça do alcobacense fez a fortuna da vetusta Lamego, que se pode orgulhar de possuir o nosso mais precioso códice das Escrituras, e que nas mãos daquele poderia ter levado o mesmo descaminho do códice de Alcobaça.

⁸ Assim D. Carolina Michaëlis, que aventa a hipótese de se tratar duma retradução do ms. I-j-3 do Escorial, porque na transcrição de Cenáculo, a integrante *quod esset bonum* vem traduzida «porque fosse boa», o que — acrescenta — seria inexplicável por meio do Latim (o. c. 545). Na realidade foi um lapso do tradutor que se não deu logo conta de que o latim da Bíblia não é o latim clássico; mas imediatamente se corrigiu na conclusão dos outros versículos traduzindo de maneira normal: «E vio Deos que fosse bõo».

⁹ *Cuidados Literarios do Prelado de Beja*, pp. 218 e 64. A identificação flui espontânea do simples confronto da transcrição de Cenáculo (cf. supra, nota 4) e «o capitulo primeiro como creou Deos o ceo e a terra: Em o principio criou Ds o ceo e a terra mas a terra era vã e vazia e escuridades eram sobre a face do abismo e o spirito do Sôr era trazido sobre as agoas. E disse Ds faça-se luz e fez-se luz e vio Ds a luz por q fosse bõoa e dividiu a luz das escuridades e chamou a luz dia e as escuridades noyte e fez-se tarde manhã dia primeiro».

Aliás, como escreve Cenáculo, a Bíblia de Lamego é uma «tradução historiada do Antigo Testamento» (o. c. 64).

Fernão Lopes e o sábio Rei Dom Duarte. Pelo primeiro sabemos que Dom João, o de Boa Memória, «fez a grandes letrados tirar em linguagem os Evangelhos e os Actos dos Apostolos e as Epístolas de S. Paulo»¹⁰. E dos «livros de el-Rei Dom Duarte» constava uma «Blivia» em Latim e outra em «lingoagem»¹¹.

Que relação poderá ter a Bíblia de Lamego com a «Blivia» em português do Rei Eloquentes?

A uma identificação precipitada dos dois códices opõem-se, antes de mais, duas dificuldades suficientemente ponderáveis: a possível diversidade de fontes (a Vulgata para o códice régio e o Texto Massorético para o de Lamego); e a própria designação de «Blivia», a qual não se costumava aplicar ao *abreviado Testamento*. Ainda que estas razões não convençam¹², torna-se manifesto que uma resposta consciente não pode prescindir dum exame atento ao uso da Bíblia no *Leal Conselheiro*, o qual, à primeira vista devia ajudar a descobrir também vestígios dos outros livros sagrados que pertenceram à biblioteca real: *O livro dos Evangelhos, Actos dos Apóstolos, Genesys, Livro de Salomom*¹³.

Um livro de que seu Autor, o príncipe mais culto de seu tempo e animado de piedade profunda e esclarecida, quis fazer «hum ABC de lealdade»¹⁴, devia haurir os seus melhores ensinamentos na Sagrada Escritura. Efectivamente, o *Leal Conselheiro* está constelado de passagens bíblicas: citações textuais, resumos em discurso indirecto e simples alusões. Segundo um cômputo aproximado¹⁵,

¹⁰ *Cronica de El-Rei D. João I*, Lisboa 1897, 2.ª parte, 7.

¹¹ Cf. *Livro chamado da Cartuxa d'Evora*, cód. 3390 da Bibl. Nacional, p. 163-164. Este manuscrito distingue claramente os «livros... de latim», em cuja lista a «Blivia» ocupa o 6.º lugar, e os «livros de lingoagem do claro Rey», onde a «Blivia» aparece em 11.º posto. A «memória dos livros de uso del Rey D. Duarte» vem transcrita nas *Provas da Historia genealogica da Casa Real Portuguesa*, de A. CAETANO DE SOUSA, t. I, livro 3.º, Coimbra 1947, 257-259; e em apêndice ao *Leal Conselheiro*, o qual fez Dom Eduarte, ed. crítica de J. M. PIEL, Lisboa 1942, 414-415. É esta edição que citamos habitualmente.

¹² De facto, o substrato latino da *Bíblia de Lamego* é patente. Quando muito, poderia admitir-se a explicação que S. BERGER deu para as «Bíblías medievais romanceadas» do Escorial e sugere também para o nosso manuscrito: «une revision faite à l'aide de l'hébreu sur la base d'une ancienne version d'après la Vulgate» («Romania» (1899), 545; cf. também p. 361).

O nome «Blivia» esse pode ter nascido do próprio título com que abre o manuscrito lamecense: «Livro das estórias da blivia do testamento velho...»

¹³ *Livro da Cartuxa d'Evora*, p. 164, onde ocupam respectivamente o 1.º, 2.º, 3.º e 5.º lugar entre os livros de lingoagem.

¹⁴ *Leal Cons.* p. 3.

¹⁵ A organização da estatística é bastante árdua e sujeita a erro, porque D. Duarte introduz as pericopas da Bíblia com um simples «diz N. Senhor», «diz o Apóstolo», «se diz»,

o Evangelho entra nesta obra de D. Duarte noventa e quatro vezes, reivindicando S. Mateus cerca de meia centena, logo seguido de S. Lucas com mais de um quarto. A autoridade de S. Paulo é invocada cinquenta e três vezes, com relevo para a 2.^a carta aos Coríntios, que conta catorze citações; mais uma que a 1.^a carta aos fiéis da mesma cidade ístmica, e mais duas que a epístola aos Romanos. S. Tiago, com oito citações, leva a palma entre as Epístolas Católicas, representadas ainda por sete citações de S. Pedro e S. João. A fechar, Os Actos com três e o Apocalipse com duas.

A contribuição do Antigo Testamento é muito mais modesta: oitenta e três citações ao todo, com natural prevalência dos Salmos — para cima de um terço — e da literatura sapiencial, pertencendo aos Provérbios e ao Eclesiástico¹⁶ a cada um a sua dezena, e meia dúzia ao Eclesiastes¹⁷.

Embora sujeitos a rectificação, estes números bem podem autorizar a afirmação de que a ossatura do *Leal Conselheiro* se formou com material bíblico, de tal modo que o edifício se manteria de pé ainda que o mais se volatizasse. Ora, apesar desta abundância, escasseia um instrumento que o investigador procura com avidez — os lugares paralelos. O que é muito de admirar, pois D. Duarte inclui na sua obra principal vários trechos de outros autores, também eles recheados de ensinamentos da Escritura. Há alguns que ocorrem duas, três e mais vezes, mas não são frequentes:

1) Rom. 8,28:

A) «N. Senhor... todallas cousas faz por amor daqueles que o amam... dizendo o apostollo que *todallas cousas se tornam a bem aos que teem propositos de sanctos*» (p. 91).

B) «...dos quaes (os que amam o Senhor) he scripto que *todallas cousas se lhes tornarom em bem*» (p. 156).

C) «...per mercee do Senhor *todallas cousas se nos tornem em bem*, como diz o apostollo que se faz aos *que amam Deos*» (p. 283).

D) «*aquelles que amam Deos todallas cousas se tornam em bem*» (p. 320).

2) Salmo 69,2:

A) «Deos em meu ajudoiro resguarda; Senhor triga-te por me ajudar» (p. 97).

e assimilou de tal modo a literatura sagrada que muitas vezes subsiste a dúvida se tal frase ou vocábulo é do Rei ou da Escritura.

¹⁶ Ou «Livro que fez Jesus, filho de Sirach, que chamam Eclesiastico» (*L. Cons.* 10).

¹⁷ Introduzido ordinariamente com a rubrica: «dito de Sallomom».

B) «Deos resguarda em meu ajudoiro; Senhor, triga-te pera me ajudar» (p. 344).

Uma análise sumária destes lugares paralelos justificaria a hipótese dum texto básico aplicado livremente em várias circunstâncias no primeiro exemplo. O segundo, onde se lê apenas a variante *por* e *pera*, corresponde-se de tal maneira na sua fraseologia arcaizante, que o diríamos transcrito verbalmente de tradução medieval portuguesa. Acontece, porém, que a citação textual da fórmula D) ocorre pelas mesmas palavras na tradução portuguesa da *Vita Christi*¹⁸. Por outro lado, a tradução do salmo não se encontra em outros livros do tempo e que D. Duarte possuía na sua biblioteca¹⁹.

Esta presença de textos similares ou até iguais nas possíveis fontes do *Leal Conselheiro*, se ergue um ponto de interrogação diante de conclusões aparentemente válidas — até porque o paralelismo dos lugares, neste caso, pouco mais é que aparente — ajudará no entanto a descobrir ou a entrever o real critério no uso de traduções latinas, que reduzimos a três géneros:

a) Traduções literais; b) Traduções livres; c) Reminiscências.

Das primeiras, umas fê-las o monarca; outras encomendou-as²⁰; outras encontrou-as porventura já feitas. Deve notar-se, porém, que, nas versões entregues aos letrados, D. Duarte se reservava o direito de fazer os «adymentos e corregymento pera seguyr» sua «teençom necesarios»²¹, ao menos «algũa declaraçom de lynguagem»²².

¹⁸ *Vita Christi* «em lingoagem portugues...empresso em a muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa» 1495, cap. 8.º da 1.ª parte.

¹⁹ Assim o Livro das *Colaões dos Santos Padres* (João Cassiano), códice 385-386 da Bibl. Nacional, vol. II, cap. 9, traduz: «Dẽ entende em minha ajuda. Senhor apr(es)sa-te pera me ajudar».

Curiosamente esta versão coincide com a da *General Historia*, como se lê no códice 125 da Bibl. de Évora: «Dios entiende en la my ajuda. Señor apressurate a ayudarme».

Ora D. Duarte possuía entre os seus livros um exemplar da *General Historia*, de que ao tempo existia uma versão portuguesa, hoje representada infelizmente só por alguns fragmentos descobertos há pouco (cf. A. de J. COSTA, *Fragmentos Preciosos de Códices Medievais*, Braga 1949, 19; M. MARTINS, «Brotéria», 50 (1950), 403-414. Sobre a distinção entre a versão portuguesa e o códice escorialense 0-j-1, cf. R. MARTINEZ-LOPEZ *General Historia-version gallega del siglo XIV*. Oviedo 1963).

²⁰ Deveriam ser poucas, de harmonia com o propósito do Rei: «my teençom he nom me ajudar em este trautado de alhea leytura per minha» (L. Cons. 251).

²¹ L. Cons. 251.

²² L. Cons. 260. O capítulo XCIX *Da maneira pera bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem* justifica-o D. Duarte escrevendo: «porque muytos que som leterados nom sabem trelladar bem de latym em lynguagem, pensey escrever estes avysamentos pera ello necesarios» (ib. 372).

De facto, as correcções do Rei deviam incidir sobretudo no aspecto literário das versões, já que o Monarca parece aceitar como boas as traduções que, no respeitante à fidelidade, não atraçoam o sentido. Por esta razão, D. Duarte, que já traduzira Lc. 17.10: «Quando todas

Não é difícil — ao menos assim o cremos — surpreender a mão régia nas traduções incorporados no *Leal Conselheiro*: a célebre tradução «a contexto»²³, e alguns lapsos muito característicos, por leitura equivocada ou desprezo de sintaxe, constituem dois critérios que mutuamente se auxiliam e ajudam na pesquisa das afinidades dos textos.

Se a tradução «a contexto», levada ao extremo, destoa da «mais geral maneira de falar»²⁴, o seu uso moderado confere à frase uma elegante simetria de sabor clássico. Vamos verificá-lo nalguns exemplos escolhidos propositadamente no capítulo XLI *Sobre a deferença dos estados*, de que há outra versão portuguesa mais ou menos contemporânea²⁵:

L. Cons.: «...bem fora pera ele (Judas) se nom fora nado aquel homem»

Cód. 385: «boa cousa fora aaquel homẽ q̃ nũca fosse nado»

L. Cons.: «A morte dos pecadores muyto maa he»

Cód. 385: «A morte dos pecadores he muy maa»²⁶.

E os exemplos abundam, mormente na articulação dos períodos ao jeito da latinidade:

L. Cons.: «O poderio, honrra, força do corpo e saude, que som medeaneiras e convenham a bem e a mal, esto ligeiro he de provar»

Cód. 385: «Se er falarmos dos poderios das honras da fortaleza e da saydade ou saude do corpo, acharemos outrossy q̃ teem logar mceo ant(re) as cousas boas e as maas»²⁷.

as cousas bem fazerdes, dizeis: Servos sem proveito somos» (ib. 36), não tem dificuldade em aceitar a versão dos seus letrados que, seguindo uma lição variante de São Gregório, escreveram assim: «quando fizerdes todallas cousas que vos som mandadas, dizeis: servos somos sem proveito... o que deveramos faz fazer nem o fizemos» (ib. 331; cf. PL 77,83).

²³ D. Duarte explica: «ao pee da letera,... scripto na maneira alatinada» (ib. 377).

²⁴ *L. Cons.* 378.

²⁵ É a lição II da 6.ª Colação, Vol. I *Das Colações ou Conferencias dos P. S. escriptas* por João Cassiano traduzidas no idioma portuguez antigo por Fr. Bautista de Alenquer, Monge de Alcobaça, e aqui escriptas por Fr. Nicolao Vieyra (hoje códice 385 da Bibl. Nacional, já mencionado).

²⁶ Este efeito pode apreciar-se mesmo naquele exemplo extremo da versão «a contexto» do cap. VII do livro *De instituendis Coenobitis* de João Cassiano, que principia com a citação de 1 Cor. 9,25: «Todos aquellos que em campo pellejam, de todas as cousas se austeem» *L. Cons.* 378; cf. PL 49, 276-277). Compare-se com a versão dos *Institutos ou Estabelecimentos dos Mosteiros* obra de João Cassiano, traduzida em Portuguez antigo por Fr. Lopo de Santarem, Monge Alcobacense (hoje cod. 384 da Bibl. Nacional), Livro VI, cap. 6.º: «Todo aquel q̃ contẽde em campo faz abstinẽcia de todallas cousas».

²⁷ Veja-se como a versão de Alcobaça dilui o vigor do texto original:

«Potestas quoque et honor, corporisque robur ac sanitas quam sint media et utrobique convenientia, etiam ex hoc facile comprobatur...» (PL 49, 650).

Os lapsos ou distrações características são outra impressão digital do Monarca. No mesmo capítulo que vimos analisando, deparamos com estes textos:

- a) «Segundo o avangelho boos som aquelles que fazem a sy amygos dos averes demais»²⁸;
- b) «a virtude em a infirmidade se mostra»²⁹.

Ainda outros exemplos do mesmo género:

- a) «Todallas cousas se tornam a bem aos que teem propositos de sanctos»³⁰;
- b) «esto seja a mym consollaçom que me atormente el com door e que me nom perca»³¹.

Destas distrações, a última quase assegura ao primogénito da «Inclita Geração» a primazia relativamente à tradução dum capítulo da *Vita Christi*, e alarga de forma notável o campo das suas traduções bíblicas incorporadas na sua obra, ao mesmo tempo que reduz nela as reminiscências de versões prévias em língua portuguesa³².

Traduzindo, pois, ou corrigindo, ficamos a saber que D. Duarte não se escusava de consultar os textos originais. Velho hábito de ler «bem apontado» e o desejo de pôr ao alcance da Rainha e dos cortesãos leituras edificantes sobre «cousas... que poucos as sabiam»³³.

²⁸ L. Cons. 161; cf. Lc. 16,9: «Facite vobis amicos de mammona iniquitatis», que o Códice alcobacense traduz em paráfrase correcta: «Som ainda boas as riq(ue)zas ca delas segundo conta Jhiu Xto no capit.º XVI dos evágelhos q̃ sam Lucas screveu, fazem os homees amigos, posto q̃ sejam riq(ue)zas mal guanhadas».

²⁹ L. Cons. 162; cf. 2 Cor. 12,9: «virtus in infirmitate perficitur», que o *Livro das Colações* traduz assim: «a virtude na enfermidade he p(er) feita e acabada» (Colação 6.ª, lição III).

³⁰ L. Cons. 91; cf. Rom. 8,28: «qui secundum propositum vocati sunt sancti».

³¹ L. Cons. 322; cf. Job 6,10: «ut affligens me dolore, non parcat». Este passo, traduzido correctamente na *Vita Christi*: «...e que me não perdoe», levanta o problema da relação entre o *Leal Conselheiro* e o famoso incunábulo. «A quase completa igualdade» dos dois textos arguiria, nas suas ligeiras diferenças, pela dependência de Fr. Bernardo de Alcobaça o qual se teria aproveitado do cap. já traduzido pelo Monarca, inserindo-o na sua versão da *Vita Christi* depois de haver corrigido alguns deslizes a que a mão do Rei era atreita (cf. outro lapso na tradução do SIm. 89,10: «e pera os desapossados...» do latim «et in potentatibus»: L. Cons. 11). A correcção é natural que venha depois (cf. no entanto, J. J. NUNES, «Biblos» 5 (1929) 472-481; e ainda a nota da edição crítica p. 319-320).

³² As reminiscências verificam-se-iam a propósito das obras de João Cassiano, traduzidas pelos monges de Alcobaça, e centrar-se-iam sobretudo na afinidade do cap. XVI do *Leal Conselheiro* — Da Sanha (pp. 56-60) — e o cap. 6.º do Livro VIII dos *Estabelecimentos*, — De ira adversus nosmetipsos (PL 49, 336-339) — os quais comunicam em termos raros, como *entrepoimento*. Mas D. Duarte refunde de tal maneira o cap. de Cassiano, que parece ter agido por si. A esta circunstância acresce a preocupação de impor um determinado conceito de *ira* que desde o princípio logo se apressa a definir: «Da yra, seu próprio nome em nossa lyngagem he sanha...». Por isso repete tantas vezes a palavra *sanha* (15 vezes, mais cinco vezes no verbo denominativo). Não faltarão, pois, certa razão a quem advogar a independência do trecho do *Leal Conselheiro* (cf. no entanto o cap. «Da sanha ou ira» do livro *Virgem de Consolaçom*, ed. crítica do códice 211 de Alcobaça por A. DE BEM VIEGA, Baía 1959, pp. 11-13).

³³ L. Cons. cap. XCIV, p. 348.

Daqui resultou a anterioridade de alguns capítulos do *Leal Conselheiro* relativamente

O mesmo gosto e respeito pelo original tinha o sábio Rei a propósito da Bíblia. Se bem que se note um geral cuidado em escrever «mais achegadamente ao geral booo costume de nosso falar que se pode fazer»³⁴, o uso directo das fontes consta não só da explicação de termos latinos como *scorrilitas* ou «soltamento de fantasia, que pera cousa nom val»³⁵, mas também transparece em aplicações da Escritura a pontos de doutrina, onde por vezes um único termo basta para denunciar a língua em que a memória do Rei conservava o texto sagrado:

- a) «Se formos companheiros das paixões...»³⁶
- h) «o servo, o qual a olho somente sguarda»³⁷
- c) «Que fruyto ouveste daquelas cousas...?»³⁸
- d) «Santa Marta que... em muytas cousas se torvava»³⁹
- e) «...desejo de thesourar na terra»⁴⁰
- f) «a perfeita virtude (a caridade)... della pendem lex e profetas»⁴¹.

As citações que aí ficam dizem bastante do conhecimento que da Bíblia tinha D. Duarte. Devemos acrescentar que à leitura pessoal do texto se juntava a atenção com que seguia os actos do culto. As leituras da Missa serviam-lhe de meditação, e não raro as pericopas bíblicas do *Leal Conselheiro* são resumo ou até versão completa dos textos litúrgicos⁴². O Rei, que anotará na versão de Dt. 4,7 a festa do Corpo de Deus⁴³, justifica a sua tradução de Mt. 6,24-33 e de Gal. 5,19-13 com a introdução seguinte:

à sua integração na obra definitiva. E daqui também certas particularidades filológicas, como a desinência verbal *-ades*, que não denuncia diversidade de autor, mas apenas épocas diferentes. É o caso do cap. XLII «De muytos e desvairados fruytos da peendença», onde ocorrem: *fazede* (2 vezes), *arredade* (2 vezes), *obrades*, *aprendede*, *acorde*, *judgade*, *defendede*, *provade*, *demandade*. E no entanto D. Duarte apõe-lhe expressamente a sua chancela:

«E per ouvyr algũs fallar per desvairada maneira, vos screvy todo esto, autorizado principalmente por aquel livro suso scripto» (L. Cons. 168; cf. a *Collatio Vigesima...* cap. VIII, PL 49, 1159-1161).

³⁴ L. Cons. cap. XCIX, p. 372. Para nos certificarmos disto basta ler a tradução do «Livro de Pastoral que fez Sam Gregorio», a cargo dos letrados da corte (L. Cons. 330-339).

³⁵ Ef. 5,4 (L. Cons. 43). Mas na p. 103: «descorrimto da voontade que pera nada val».

³⁶ 2 Cor. 1,7: «sicut socii passionum estis...» (L. Cons. 21).

³⁷ Ef. 6,6: «non ad oculum servientis» (L. Cons. 24).

³⁸ Rom. 6,21: «quem fructum habuistis...» (L. Cons. 97).

³⁹ Lc. 10,41: «Martha, Martha... turbas erga plurima» (L. Cons. 108).

⁴⁰ Mt. 6,19: «Nolite thesaurizare vobis thesauros in terra» (L. Cons. 114).

Pitoresca a reconstituição do texto feita de cor pelo Rei: «onde os ladroens o furtam, ratos o comem, ferrugem e traça o gastam» (L. Cons. cap. XXIX, «Do modo de dar»).

⁴¹ Mt. 22,40: «In his duobus mandatis lex pendet et prophetae» (L. Cons. 171).

⁴² Num horário feito pelo Monarca reservavam-se duas horas para «ofícios de Myssas em geral e rezar» (L. Cons. 314).

⁴³ «...nom he naçom que aja deos assy chegado como avemos nosso senhor cada hũu dia em o santo sagramento» (L. Cons. 169).

«E ao tempo que isto screvy em mynha Myssa leerome epistolla e avangelho que me pareceo gram parte fazerem a meu proposito...»⁴⁴.

Já é tempo de voltarmos ao começo e responder às perguntas que parece formular cada página deste bosquejo:

Poderá o uso da Escritura no *Leal Conselheiro* contribuir para identificar o Novo Testamento que D. João I mandou verter do latim?

Ajudará a descobrir o paradeiro da «Blivia» que D. Duarte possuía entre os seus «livros de lingoagem»?

Se a nossa indagação visara tão somente uma resposta afirmativa a estas perguntas descarnadas, teria de resignar-se a sofrer uma decepção e, talvez, subscrever uma nota desanimadora⁴⁵. Mas o problema da Bíblia no *Leal Conselheiro* oferece outros aspectos que animam a prosseguir na tarefa que encetámos.

Antes de mais, o uso dos textos no original latino, praticado pelo Rei Eloquentemente não autoriza que neguemos a existência de velhas traduções pelo facto de não se encontrarem vestígios delas na obra de D. Duarte. Se algumas houver que reivindicuem uma ascendência tão remota como veneranda, podem continuar legitimamente a defender os seus pergaminhos⁴⁶.

⁴⁴ L. Cons. 139. Trata-se das leituras bíblicas do «domingo XIV depois da festa da SS. Trindade ou XV depois das oitavas do Pentecoste».

O texto da epístola oferece particular curiosidade no elenco dos frutos do Espírito Santo que D. Duarte já arquivara no seu livro, segundo o texto dos *Estabelecimentos*, livro IX, cap. 2.º (L. Cons. 65: só nove).

Desta vez, na pegada do «textus receptus», enumera os doze frutos bem conhecidos do Catecismo, tendo o cuidado de evitar latinismos: «O fruto do spritu he caridade, prazer, paz, paciencia, grandeza de coração, bondade, benygnidade, mansidoõe, fé, speranza, conty-nencia, castidade» (L. Cons. 139).

A tradução do décimo fruto MODESTIA por *sperança*, de que não se encontra vestígio nem nas bíblias nem nos missais do tempo, reaparece surpreendentemente nos *Evangelhos e Epistolos*... em romance, por Guilherme parisiense, traduzido do espanhol e impresso no Porto em 1497 por Rodrigo Álvares (Incunábulo 533 da Bibl. Nacional). O conjunto da versão, porém, difere tanto da do *Leal Conselheiro*, que exclui a hipótese duma dependência deste relativamente à versão espanhola.

Parece que a edição do Porto (a primeira obra impressa nesta cidade) sofreu influência dum formulário tradicional no País (ou terá lido a obra de D. Duarte?), porquanto no comentário ou glosa ao texto paulino traz *temperança* em vez de *sperança*, a qual consiste em «que o homẽ guarde a mesura em dictos y feitos em todallas cousas que ha de fazer» (ib. fl. 160 1.ª col.).

⁴⁵ A letra seria mais ou menos esta: «A sua livraria (de Dom Duarte), parte da qual fora pertença do Pai, é um exemplo da extensão das perdas que sofreremos no que respeita à nossa bibliografia medieval» (A. J. da Costa PIMPÃO, *História da Literatura Portuguesa*, I (séc. XII-XV), Coimbra 1947, p. 229).

⁴⁶ Seria o caso da «Bíblia de Lamego», que por outro lado, não se atreveria a

Em segundo lugar (ou primeiro...), se Dom Duarte não puder ser considerado como testemunha das primitivas versões portuguesas da Bíblia latina, merece um lugar de relevo entre os seus tradutores. Aproveitando-se da lição dos Livros Sagrados para autorizar as suas considerações sobre temas que julgava oportuno expor à sociedade portuguesa do seu tempo, D. Duarte multiplicou de tal maneira as achegas bíblicas que se poderia reconstituir parte notável de alguns livros só com as suas citações. Neste uso opulento da palavra de Deus se revelam as duas grandes virtudes do excelente prosador quinhentista — sobriedade e propriedade — as qualidades que ele requeria para uma boa tradução. E cremos também que não lhe falharam outras duas que ele enumera: a vernaculidade e a elegância ⁴⁷.

Espalhadas por toda a obra, atingem grande realce nos textos de pendor sapiencial, como as sentenças ⁴⁸ e as parábolas em tradução livre, onde se descobre o joalheiro de fino labor.

Vveja-se, por exemplo, como aplica à inveja a parábola dos trabalhadores rogados a diversas horas:

«Sobre esto de inveja, me parece, per as pallavras de Nosso Senhor Jesus Cristo que disse dos obreiros que a desvairadas horas do dia foram alugados, se mostra o fundamento deste mallecioso pecado...; porque, avendo aquelles primeiros a soldada por que se aveherom, veendo que os derradeiros ouveron outro tanto que graciosamente lhe quiserom dar, por desprazer do bem alheo, que a elles não trazia empecimento, se queixavam contra o que a elles compridamente fezera o que era obrigado. Aos quais respondeu...

demonstrar o seu parentesco e muito menos a identidade com a «Blivia» de Dom Duarte só pelo facto dalgumas coincidências ligeiras:

a) Ex. 20,3 «Nom adoraras a deuses alheos (*L. Cons.* 170 — «nom averas deoses alheios» (*Bibl. Lam.* 38a);

b) 1 Re. 15,22 «melhor he obediencia que sacrificio» (*L. Cons.* 344) — «milhor a obediencia que o sacrificio» (*Bibl. Lam.* 86b);

c) Job 1,21: «segundo prouve a deos assy foi feyto; o seu nome seja bemto (*L. Cons.* 321) — «assy como prouve a elle assy foy feyto; o nome do sñr seja bemto» (*Bibl. Lam.* 176b).

⁴⁷ «pallavras propriamente scriptas... cousas de boa sustancia... claramente... e fremoso o mais que elle poder, e curtamente quanto for necessario» (*L. Cons.* cap. XCIX «Da maneira de bem tornar algũa leitura em nossa lynguagem», pp. 372-378).

⁴⁸ Às vezes Dom Duarte não precisa senão de manter a ordem das palavras no texto latino para obter um belo efeito rítmico: «Onde for teu thesouro, será teu coração» (*L. Cons.* 120: Mt. 6,21). Outras, acrescenta-lhe a sonoridade da rima: «Cousas mais altas que ty nom buscarás, e as mais fortes non demandarás (*L. Cons.* 242: Ecli. 3,22). Mas em alguns exemplos ele mesmo procura a forma que supõe mais adequada ao dizer sentencioso: «O reyno dos cecos força padece, e os fortes o roubam» (*L. Cons.* 100: Mt. 11,12).

Provavelmente a mesma procura de ritmo terá ditado a alternância dos estíquios, como no lugar paralelo do penúltimo exemplo (Ecli. 3,22): «As cousas mais fortes que ty não buscarás, e as mais altas não scoldrinharás» (*L. Cons.* 36).

que, pois a eles satisfazia como era theudo, que avya de fazer nem dyzer sobre o que aos outros graciosamente de seu boo prazer queria dar?»⁴⁹.

Mesmo quando harmoniza os textos, Dom Duarte mantém uma linguagem sóbria que impressiona pelo seu equilíbrio, como este trecho em que exorciza o demónio do vinho:

«Quando o espirito çujo he lançado fora per abstinencia e boo regymento, anda per logares secos e fora de taaes sobejas humidades de beber. Veendo aquella pessoa tornar a desordenar-se no vynho, diz: «tornar-me-ey a casa donde say». E assy som feitas as postumeiras obras de tal homem peores que as primeyras»⁵⁰.

Dom Duarte não ensinou a nossa língua apenas a reflectir: ele ensinou-a a ler as Escrituras, e nela vazou, da melhor maneira, muitas páginas dos Livros Santos. O tradutor alcobacense das *Colações* de João CASSIANO entendeu que devia abrir o II Volume com a transcrição do cap. XCIV do *Leal Conselheiro* «De que guisa se deve leer per os livros dos avangelhos...». Transformou porém o conselho do Rei numa ordem: «Em esta maneira leede per os livros dos avangelhos...».

Se este era o «seu entender», é porque a experiência lhe fizera apreciar a utilidade de semelhantes conselhos. A admiração do monge de Alcobaça nós a experimentamos também. Só temos pena de que o sábio Monarca não nos deixasse uma tradução integral ao menos do Novo Testamento em que pudéssemos saborear o que ele modestamente não promete mas faz: o enlace da «sustancia do que escrevia» com «a fremosa e guardada maneira de screver»⁵¹.

J. MENDES DE CASTRO

⁴⁹ L. Cons. 55: Mt. 20,1-16. Eis como Dom Duarte define a inveja: «pesar do bem alheio, posto que algũu empecimento lhe nom possa trazer» (ib.).

⁵⁰ L. Cons. 123: Mt. 12,42-45 e Lc. 11,24-26.

No respeitante à sobriedade de estilo, Dom Duarte situa-se a igual distância da concisão latina e da difusão dos tradutores medievais. Com efeito, se escreve: «Deos ama a quem por el com ledice dá suas esmollas e ofertas» (L. Cons. 118: 2 Cor. 9,7), onde «com ledice» se pode considerar uma tradução analítica (cf. L. Cons. 331: «Deos ama o dador alegre»); a maior parte das vezes no entanto agarra-se ao pé da letra: «...os verdadeiros adoradores... em sprito e verdade orarom ao padre. Ca el taaes quer que o adorem» (L. Cons. 151: Jo. 4,23).

Sobre a tendência das bíblias romanceadas para a tradução analítica, cf. S. Francis GORMELY, *The use of the Bible in representative works of medieval Spanish Literature (1250-1300)*, Washington 1962, p. 59.

⁵¹ L. Cons. 3.